

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *download* gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

Na última reunião do COPOM realizada em outubro do ano correte, decidiu-se, por unanimidade, a manutenção da taxa Selic em 10,75% a.a., sem viés.

O Banco Central do Brasil considerou que a demanda doméstica, a qual é grande fonte responsável do crescimento verificado no período recente, se apresenta robusta, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão do crédito.

Embora tendam a se arrefecer, os impulsos fiscais e creditícios foram aplicados na economia nos últimos trimestres e ainda deverão contribuir para a consolidação da expansão da atividade e, consequentemente, para que o nível de ociosidade dos fatores se mantenha em patamares baixos.¹

Aos efeitos desses estímulos, entretanto, contrapõem-se os efeitos da reversão de parcela substancial das iniciativas tomadas durante a recente crise financeira de 2008/2009, os da piora nas perspectivas para a economia global e especialmente os da mudança de postura da política monetária.

Esses elementos são parte importante do contexto no qual decisões futuras de política monetária serão tomadas em dezembro e em 2011, com vista a assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas, principalmente, em um ambiente com deterioração com as condições fiscais de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha e Portugal.

O aumento de preços do item alimentos sobre a inflação, fez com que no Relatório Focus do BACEN exibisse uma elevação da expectativa da taxa Selic para o próximo ano, de 11,75% ao ano, na semana passada, para 12% ao ano (veja tabela abaixo).

Como pode ser observado em relação às divulgações do Relatório Focus, essa é a primeira vez em dois meses que os economistas elevam a projeção dos juros para o próximo ano. O ciclo de aperto monetário esperado para 2011 passou de um ponto percentual para 1,25 ponto percentual, de acordo com os dados do próprio BACEN.

TABELA 1 – SÍNTESE DO RELATÓRIO FOCUS

Mediana agregada	2010				2011			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comport.	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comport.
IPCA (%)	5,2	5,31	5,48	Aumento	4,99	4,99	5,05	Aumento
IGP-DI (%)	9,68	9,94	10,36	Aumento	5,14	5,18	5,26	Aumento
IGP-M (%)	9,73	10,05	10,59	Aumento	5,25	5,30	5,35	Aumento
IPC-Fipe (%)	5,33	6,02	6,06	Aumento	4,66	4,71	4,71	Igual
Meta Selic (%)								
– Fim de período	10,75	10,75	10,75	Igual	11,75	11,75	12,00	Igual

FONTE: Banco Central do Brasil.

Como pode ser visto na tabela acima, a mediana das projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do próximo calendário também subiu, de 4,99% para 5,05%. O índice estimado para fechar este ano passou de 5,31% para 5,48%, nona elevação consecutiva feita pelas instituições que participam da pesquisa.

Houve também elevação da expectativa para a inflação nos próximos 12 meses, de 5,14% para 5,21%. Os IGPs, da mesma forma, também subiram, impulsionados pelos fortes resultados do IGP-DI de outubro e da 1ª prévia do IGP-M também divulgados na última semana (veja tabela acima).

O Relatório Focus também aponta uma nova redução da mediana das expectativas para a taxa de câmbio no fim de 2011, de R\$ 1,77 para R\$ 1,75, a quarta consecutiva. Para 2010, ficou estável em R\$ 1,70.

¹ A taxa de crescimento prevista para este ano é de 7,6 % a.a.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início de novembro os dados relativos à produção industrial brasileira no mês de setembro de 2010. Conforme mostra a tabela 2, a produção industrial no Brasil sofreu retração de 0,2% na passagem de agosto para setembro do corrente ano, na série com ajuste sazonal. O comparativo entre setembro de 2010 e setembro de 2009, no entanto, aponta a expansão de 6,3% na produção industrial.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a setembro do corrente ano com igual período do ano anterior foi registrado crescimento de 13,1% na produção industrial. Finalmente o comparativo entre o acumulado dos últimos doze meses contra os doze meses anteriores apresentou crescimento de 11,2% na produção industrial.

TABELA 2 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BRASIL – SETEMBRO/2010

Período	Produção Industrial
Agosto-10/Setembro-10*	-0,20
Setembro-10/Setembro-09	6,30%
Acumulado ano	13,10%
Acumulado 12 meses	11,20%

Fonte: IBGE

* Série com ajuste sazonal

Em relação às regiões do país, nove das quatorze regiões pesquisadas apresentaram queda na produção industrial na passagem de agosto para setembro. As regiões com maiores retrações foram Rio Grande do Sul (-2,3%), Amazonas (-2,1%), Ceará (-2,0%) e Rio de Janeiro (-1,8%). Com expansão no nível de produção industrial destacam-se Minas Gerais (+2,1%), Goiás (+2,3%) e principalmente Paraná (+5,7%). No

entanto, o crescimento da produção industrial paranaense está fortemente relacionado à retração no mês anterior (-8,5%) em função da paralisação técnica observada no setor de refino de petróleo e produção de álcool. No acumulado do ano (janeiro a setembro de 2010) contra igual período do ano anterior, a produção industrial no Paraná registrou crescimento de 18,4%; figurando como o terceiro melhor desempenho do país nesse comparativo.

A tabela 3 apresenta o desempenho do emprego industrial no Brasil em setembro de 2010. Na passagem de agosto para setembro houve redução de 0,1% no nível de pessoal ocupado; 0,4% de queda no número de horas pagas e 1,2% de aumento na folha de pagamento real.

No comparativo entre setembro de 2009 e de 2010 os resultados são consideravelmente positivos, apresentando elevação em todos os indicadores avaliados. Esses dados demonstram a recuperação do setor industrial brasileiro em relação ao ano passado, tanto do ponto de vista da produção quanto da geração de empregos e renda. No acumulado de 2010 os resultados também são todos positivos. Na mesma direção desses números, o comparativo entre os acumulados dos últimos 12 meses registrou valores também positivos para os três indicadores de emprego industrial, conforme a tabela abaixo.

TABELA 3 – INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA – BRASIL – AGOSTO/2010

Variáveis	Variação (%)			
	Ago-10/Set-10*	Set-09/Set-10	Acumulado	Acumulado 12 meses
Pessoal Ocupado Assalariado	-0,10%	4,90%	3,40%	1,50%
Número de Horas Pagas	-0,40%	5,30%	4,30%	2,20%
Folha de Pagamento Real	1,20%	9,50%	6,40%	3,60%

FONTES: IBGE

* Série com ajuste sazonal

SETOR EXTERNO

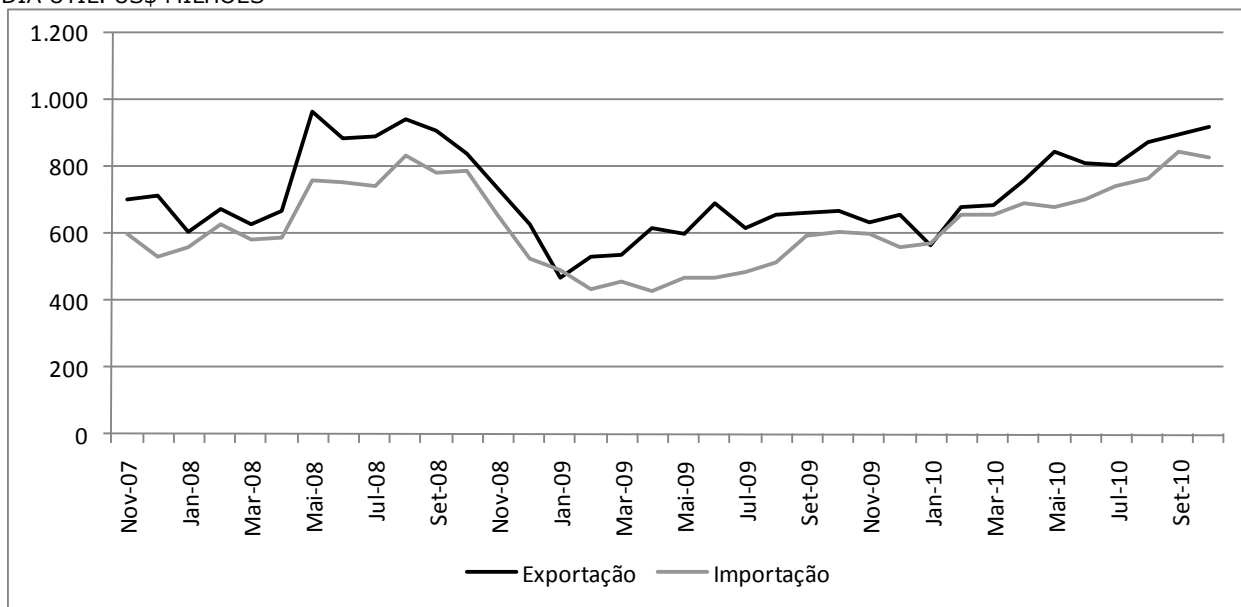
O valor das mercadorias exportadas pelo Brasil em outubro foi de US\$ 18,4 bilhões, equivalentes a US\$ 919 milhões em cada um dos 20 dias úteis do mês. Do lado das importações, recebemos o equivalente a US\$ 16,5 bilhões em bens, a uma média de US\$ 826,4 milhões por dia útil.

Em um dia útil típico de outubro, o valor exportado foi 2,48% superior àquele registrado em um dia útil típico de setembro. Em relação ao mês de outubro de 2009, o valor das exportações diárias do mês passado foi 37% maior.

Também na comparação entre os valores correspondentes aos dias úteis, o volume importado em outubro foi 2,18% menos valioso do que o de setembro, e de importância 36% maior do que a de outubro do ano passado.

O superávit comercial registrado em outubro foi de US\$ 1,853 bilhão, ou US\$ 92,67 milhões por dia útil. Este último é 78,1% superior à estatística correspondente a setembro, e 46,5% maior do que o valor registrado em outubro do ano passado.

GRÁFICO 1 – EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO BRASILEIRAS NO PERÍODO NOVEMBRO/07-OUTUBRO/10. MÉDIA POR DIA ÚTIL. US\$ MILHÕES



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As cinco principais categorias de bens exportados em outubro foram minérios de ferro não aglomerados (13,9% do valor exportado), açúcar de cana (5,3%), minérios de ferro aglomerados (4,8%), óleos brutos de petróleo (3,9%) e café não torrado (3,2%). Essas cinco categorias juntas representam 31,1% do valor exportado pelo país no período.

Os cinco principais países de destino da exportação brasileira em outubro foram China (14,6% do valor exportado), Argentina (9%), Estados Unidos (7,7%), Holanda (5,1%) e Japão (4,5%). Juntas, essas economias receberam 41% das exportações brasileiras no período.

As cinco principais categorias de bens importados no mês passado foram óleos brutos de petróleo (4,1% do valor importado), óleo diesel (3,4%), automóveis médios (2,6%), cloretos de potássio (1,9%) e peças para aparelhos receptores de radiodifusão e televisão (1,8%). Juntas, essas categorias representam 13,8% do valor importado pelo Brasil no período.

Os cinco principais países de origem da importação brasileira em outubro foram China (15,5% do valor importado), Estados Unidos (15,1%), Argentina (7,1%), Alemanha (6,6%) e Coreia do Sul (4,5%). Juntos, esses países enviaram ao Brasil 48,8% do valor por ele importado.

FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação do governo federal foi de R\$ 139,225 bilhões em setembro, valor 99,4% superior ao de agosto. As receitas do Tesouro Nacional (TN) subiram 133% no período e as do Bacen 34,4%. Com relação ao TN, a principal causa do acréscimo foi o aumento das demais receitas do TN, "em função do ingresso de R\$74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração do petróleo". Com a ligeira queda das transferências a Estados e Municípios, de 17,7%, a receita líquida total pôde registrar acréscimo de 92% no período. As despesas totais, por sua vez, também apresentaram acréscimo substancial, igual a 92%, com destaque para o aumento na rubrica custeio e capital, de 258,4% ou R\$ 46 bilhões.

Esses valores levaram a um resultado primário do governo central, sem o ajuste metodológico e correção da discrepância estatística, de R\$ 26,06 bilhões em setembro. Esse resultado é expressivamente superior ao registrado em agosto, que foi igual a R\$ 4 bilhões.

No acumulado do ano até setembro as receitas totais somam R\$ 676,68 bilhões em 2010, contra R\$ 516,01 bilhões registrados em igual período do ano anterior. Novamente, essa evolução se deve essencialmente ao resultado do TN, que subiu em 35,7% na comparação daqueles períodos. As receitas do RGPS também cresceram, em 17% e foram seguidas do acréscimo das receitas do Bacen, igual a 12,2%.

A despesa total também cresceu no acumulado de 2010 até setembro, em relação a igual período de 2009, embora de maneira menos acentuada (27,2%). Destaque novamente para o acréscimo nas despesas com Custeio e Capital, igual a 59% ou R\$ 78,95 bilhões.

O resultado primário do governo central até setembro foi de R\$55,71 bilhões, o que é 256,7% ao valor registrado até o mesmo mês de 2009. Como proporção do PIB o resultado encerrou setembro em 2,14% ante os 0,68% de igual período de 2009.

TABELA 4 – RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL – SETEMBRO/2010 (R\$ milhões)

Resultado Primário	Ago/10	Set/10	Var (%)	Jan- Set/ 2009	Jan- Set/ 2010	Var (%)
Receita total	69.809	139.225	99,4	516.007	676.677	31,1
Receitas do tesouro	52.281	121.832	133,0	389.700	528.962	35,7
Receitas da previdência social	17.331	17.128	-1,2	124.744	145.961	17,0
Receitas do banco central	198	265	34,4	1.564	1.754	12,2
Transf. a estados e municípios	12.008	9.881	-17,7	90.665	99.611	9,9
Receita líquida total	57.801	129.344	123,8	425.343	577.067	35,7
Despesa total	53.801	103.287	92,0	409.724	521.360	27,2
Pessoal e encargos sociais	12.905	12.914	0,1	109.637	119.798	9,3
Benefícios previdenciários	22.746	26.319	15,7	163.478	185.729	13,6
Custeio e capital	17.764	63.670	258,4	133.814	212.762	59,0
Transferência do tesouro ao banco central	103	132	28,5	829	913	10,1
Despesas do banco central	283	252	-11,0	1.967	2.158	9,7
Resultado primário governo central	4.000	26.056	551,3	15.618	55.707	256,7
Tesouro nacional	9.502	35.234	270,8	54.755	95.878	75,1
Previdência social	-5.416	-9.191	69,7	-38.734	-39.768	2,7
Banco central	-85	14	-115,9	-403	-404	0,2
Resultado primário do governo central¹	3.458	nd	-	0,68²	2,14²	55,7

FONTE: Dados extraídos do Resultado Fiscal do Governo Central.

NOTAS: (1) Corrigido pelo ajuste metodológico e discrepância estatística, em R\$ milhões; (2) Como percentual do PIB, sem as correções referidas na nota 1.

A Dívida Pública Federal encerrou setembro em R\$ 1.626,17 bilhões, o que representa um acréscimo de 0,5% em relação a agosto. A DPF ficou composta por 36,07% de títulos com remuneração prefixada, 30,91% remunerados pela taxa Selic e 26,53% remunerados por índices de preços. O prazo médio da DPF caiu de 3,59 anos para 3,57 entre agosto e setembro e o custo médio aumentou de 10,65% para 10,94% a.a.

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e em Ciências Econômicas pela UFPR. Supervisor do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.

carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.

guilherme.ricardo@ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.

lucianofg@gmail.com

Rafael Camargo de Pauli. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Economista da Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT. Área de concentração: finanças públicas.

rafaelcdp@gmail.com